

Unidade de Polícia Pacificadora: a política da peste como modelo de controle e ordem social ¹

Tatiana da Silva LIMA²
Universidade Federal Fluminense, RJ

Resumo

Neste artigo analisamos o processo de pacificação do Complexo do Alemão realizado em 2010, a partir da cobertura do processo de pacificação publicada em O Globo para instalação das UPPs. O objetivo é desvelar os efeitos discursivos da produção de sentidos midiática da pacificação das favelas do sobre o Complexo do Alemão apresentada pelo periódico como o espaço de representação do mal e inimigo. Acreditamos que esse discurso midiático ocasionou a legitimação das ações da política de segurança do Rio de Janeiro no corpo da representação da violência urbana apresentada pelo jornal enquadrado como a “Guerra do Rio”. Promovendo a produção de um discurso de verdade e poder que fomentou a credibilidade da política de segurança pública perante a opinião pública para instalação de uma cultura do controle e da ordem e a estigmatização do espaço favelado do Complexo do Alemão.

Palavras-chave: UPP; Complexo do Alemão; O Globo, Violência urbana; Pacificação.

Introdução

Dezenas de jovens pobres, negros, armados de fuzis, marcham em fuga, pelo meio do mato na Serra da Misericórdia, Zona Norte do Rio de Janeiro. É quinta-feira, 25 de novembro de 2010, dia em que policiais entraram em confronto com os traficantes nas comunidades da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão³, com veículos blindados do Exército e com canhões e armamentos de guerra. Em geral não só cariocas, mas todo o país (e o mundo) acompanhou no final de 2010 essa imagem que se tornará a mais representativa da maior ação militar em favelas que as forças de segurança do Rio de

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Mídia e Cotidiano da Universidade Federal UFF-RJ, email: tatianalima@limao.com.br.

³ O nome do Morro do Alemão, que batiza todo o complexo, faz referência ao antigo dono das terras que iam da Travessa Laurinda ao Largo do Itararé, o polonês Leonard Kaczmarkiewicz. O fazendeiro ganhou o apelido na década de 1920, quando chegou à Serra da Misericórdia, na Zona da Leopoldina, então zona rural da cidade.

Janeiro já executaram. Uma ação, ao contrário do que foi noticiado por diversos jornais, não foi inédita, mas é a única que até os dias de hoje permanece servindo de vitrine de uma política de segurança pública do Estado considerada vitoriosa na luta do “bem” contra o “mal” e supostamente sem manchas de sangue⁴.

A cobertura da imprensa constitui a mitificação da ação como um marco histórico no combate ao tráfico de drogas, instituindo uma nova relação da população carioca perante a violência, a sensação de insegurança e o medo presente no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, com efeitos para a subjetividade da imagem da cidade e a política de segurança pública denominado como Unidade de Polícia Pacificadora, para além dos limites geográficos do Estado do Rio de Janeiro.

A violência proveniente dos conflitos entre varejistas de drogas e o Estado tem sido apontada como um dos principais problemas do Brasil a serem enfrentados por governos em diferentes pesquisas de opinião. Principalmente na capital, o tráfico de drogas exerce profundas implicações no cotidiano dos atores sociais da cidade há décadas, sejam naqueles que moram em favelas ou não devido à experiência do consumo de notícias de violência veiculado constantemente pela imprensa que marca o discurso⁵ de verdade compartilhado por uma memória coletiva construída midiaticamente como a “Guerra do Rio”.

Será esse processo de “catarse” provocado pela cartografia discursiva de “Guerra do Rio” das mídias a partir das torrentes narrativas e informativas (GITLIN, 2003), que influenciaram a construção da opinião pública⁶ da sociedade fluminense sobre o episódio da ocupação militar do território do Complexo do Alemão supostamente, para implantação do projeto de segurança pública: as Unidades de Polícia Pacificadora, o tema abordado neste artigo, objetivando o poder de regulação social provocado por essa catarse.

Para isso, utilizaremos como ferramenta teórica a perspectiva de discursos de verdades que constituem a formação de um saber intimamente relacionado a um poder de normalização dos sujeitos, por meio da reconstrução genealógica do conceito de “anormal” (Foucault, 1974-1975) no qual emerge o embate entre o saber jurídico e penal que se utilizam dos discursos referendados pelo enunciado científico da psiquiatria disciplinar o

⁴ Em 05/12/2010, com o título “Onde Estão os mortos”, a Folha de S. Paulo publicou matéria na qual questiona a versão de poucas vítimas na ação de retomada do território da favela Vila Cruzeiro e as do Complexo do Alemão. Segundo a reportagem, até o dia da publicação da matéria foram contabilizadas 37 mortes. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0512201007.htm>. Acessado em 30/09/2013.

⁵ “O discurso circulante é uma soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados”. O discurso circulante, portanto, é capaz de gerar expressões, máximas e ditados populares que expõe como funciona internamente a cultura de um grupo. CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das Mídias. São Paulo: Contexto, 2009, p.31.

⁶ Sauvy, Alfred. L’Opinion Public, Paris, Presses Universitaires de France (PUF), Collection Que Sais-Je?, 1977, p.21.

sujeito e, por consequência, a sociedade, estabelecendo uma cultura do controle e ordem social.

Parte-se do ponto de vista que, nesse período, a ação militar das forças de segurança do Complexo do Alemão é emblemática por revelar o *modus operandi* de como se faz a gestão moderna da representação das classes perigosas, ou seja, os pobres que se inscrevem no jogo de verdade do exercício do poder político construído a partir da imagem e marca das UPPs. Acreditamos que a “pacificação das favelas” constituída por meio dessa política de segurança pública acaba por construir uma representação coletiva do que deve ser o combate ao crime baseada na opressão de direitos jurídicos e de cidadania e o estabelecimento de um estado de exceção para controlar os pobres, negros e favelados do Rio de Janeiro, para sustentar cotidianamente o uso dessa política de política pra promover o efeito de sentido da sensação de segurança. Principalmente, a partir do processo de pacificação do Complexo do Alemão, considerado pelo imaginário social construído por notícias da mídia como que lugar do mal, sendo a área mais perigosa da cidade do Rio de Janeiro.

Produção de cartografias do poder

Em *Os Anormais* de Michel Foucault (1975), o filósofo propõe a reconstrução genealógica do conceito de “anormal” erigido durante o século XIX que inicialmente se dá em meio ao embate entre os saberes jurídico e penal, até ser um conceito direcionado para a psiquiatrização do desejo e da sexualidade, já no fim do século XIX. A proposta de Foucault pretende analisar o discurso de poder e de verdade presente no conceito de “grotesco” nos textos de peritos das instituições que produzem uma cultura de conhecimento e ordem. Segundo Foucault, os discursos de verdades possuem três propriedades concomitantemente em nossa sociedade: a) determinar o poder, direta ou indiretamente, de uma decisão judicial no que diz respeito à liberdade ou a detenção dos homens, “no limite do poder de vida e de morte”; b) determinar de onde vem esse poder institucional de matar, pois estes discursos de verdades somente são aceitos se formulados por “pessoas qualificadas no interior de uma instituição científica (a exemplo, a instituição judiciária); e c) de determinar o poder de fazer rir a partir da exposição irônica”⁷.

O autor avalia, portanto, que os relatórios de polícia ou os depoimentos dos policiais gozam de privilégios como elemento de demonstração judiciária no discurso de verdade devido ao poder que exercem socialmente, por serem depoimentos ou relatórios enunciados

⁷ Foucault, Michel. *Os anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo, 2001. p 24.

pelo funcionário juramentado da polícia. Em suma, “são enunciados com efeitos de verdade e de poder que lhes são específicos: uma espécie de supralegalidade de certos enunciados na produção da verdade judiciária”⁸. Desta forma, Foucault teoriza sobre os discursos de verdade e poder que servem ao controle da ordem social por meio da propagação do medo, da exclusão do estranho, da construção de um processo de validação e reconhecimento de verdades que regular o discurso, e por consequência, a sociedade.

Foucault afirma que a relação verdade-justiça é um dos pressupostos mais imediatos e mais radicais de todo o discurso judiciário, político e crítico, por ser uma pertinência essencial entre o enunciado da verdade e a prática da justiça, o que estabelece a relação dos textos “grotescos” que define como:

O terror ubuesco, a soberania grotesca ou, em termos mais austeros, a maximização dos efeitos de poder a partir da desqualificação de quem os produz: isso, creio eu, não é um acidente na história do poder, não é uma falha mecânica. Parece-me que é uma das engrenagens que são parte inerente dos mecanismos de poder. O poder político, pelo menos em certas sociedades, em todo caso na nossa, pode ser atribuído, efetivamente se atribuiu, a possibilidade de transmitir seus efeitos, e muitos mais que isso, de encontrar a origem dos seus efeitos num canto que é manifestamente, explicitamente, voluntariamente desqualificado pelo odioso, pelo infame ou pelo ridículo. Afinal de contas essa mecânica grotesca do poder, ou essa engrenagem do grotesco na mecânica do poder, é antiqüíssima nas estruturas, no funcionamento político das nossas sociedades⁹.

Sendo assim, o grotesco é um dos procedimentos essenciais à soberania arbitrária da “Guerra do Rio”. Nesta instância, o discurso de verdade do relatório psiquiátrico, por exemplo, organiza, na relação verdade-justiça, o campo da perversidade em torno do problema do perigo social: “isto é, ele será também, o discurso do medo, um discurso que terá por função detectar o perigo e opor-se a ele”¹⁰, isso porque, esse discurso do medo é um discurso moralizante, amplamente usado como açoitado durante a Idade Média, para exclusão dos leprosos. Não apenas moralmente o âmbito da sociedade, pois implicava em uma desqualificação da condição humana, mas principalmente uma exclusão destes sujeitos feita juridicamente e politicamente com a expulsão do convívio social a partir de uma regra de não contato entre um indivíduo (ou um grupo de indivíduos) e outro¹¹. Em suma, socialmente, esses passam a funcionar como instrumentos de Poder e ter um efeito prático de exclusão e práticas de “marginalização” de certos indivíduos da sociedade.

Essa regulação do espaço “a maneira que o poder exerce sobre os loucos, os

⁸ Idem Cit. op 6, p 54.

⁹ Idem Cit. op 6, p 54.

¹⁰ Idem Cit. op. 26, p 54.

¹¹ Idem Cit. op 26, p 54.

doentes, os criminosos” descreve, na realidade, os efeitos e os mecanismos de poder negativos da exclusão como dispositivo (e desculpa) de purificar à comunidade. Um sonho de pureza imagética que remete a uma visão de ordem definida por Bauman (1997) como “um meio regular e estável para os nossos atos; um mundo em que as probabilidades dos acontecimentos não estejam distribuídas ao acaso, mas arrumadas numa hierarquia estrita”¹². Especialmente se pensarmos no sentido de pureza como a imagem da ordem para atribuir às coisas seus lugares “justos” e “convenientes”:

O oposto da “pureza” – o sujo, o imundo, os “agentes poluidores” – são coisas “fora do lugar”. Não são as características intrínsecas das coisas que as transforma em “sujas”, mas tão somente sua localização e mais precisamente, sua localização na ordem de coisas idealizada pelos que procuram à pureza¹³.

No entanto, esse modelo de exclusão, de acordo com o próprio Foucault, ainda que amplamente usado até o século XVII para regular o controle social (caçando e expulsando mendigos, vagabundo, libertinos etc.) da população flutuante para fora das cidades, cai em desuso a partir do início do século XVIII. Foi substituído (ou reativado) por outro modelo de controle: o modelo da peste, um modelo de policiamento para a cidade empestada. Quando a peste era declarada, em certo espaço de uma cidade, esse lugar passava a se constituir como território fechado e objeto de uma análise sutil e detalhada, de um policiamento minucioso, conforme descreve Foucault:

Era dividida em distritos, os distritos divididos em quarteirões, e então, nesses bairros eram isoladas as ruas e havia em cada rua vigias, em cada quarteirão inspetores, em cada distrito responsáveis por eles e na cidade mesma seja um governador nomeado para tanto que, no momento da peste, receberam um suplemento de poder. Portanto, análise do território em seus elementos mais pormenorizados; organização, através desse território assim analisado, de um poder contínuo, e contínuo em dois sentidos. De um lado, por causa (...) dessa espécie de pirâmide de poder na qual nenhuma interrupção devia ocorrer. Era um poder contínuo em seu exercício, e não apenas em sua pirâmide hierárquica, já que a vigilância deve ser exercida sem nenhuma interrupção. As sentinelas deviam estar sempre presentes nas extremidades das ruas, os inspetores nos quarteirões (...) de modo que nada que nada que acontece na cidade pudesse escapar ao olhar (do vigilante)¹⁴.

Portanto, não se trata de exclusão do “estranho”, dos “anormais”, mas de uma cuidada vigilância como uma quarentena que não expulsa, mas ao contrário: estabelece, fixa e atribui um lugar e defini presenças controladas para aquele espaço enquadrado como um o lugar da “Guerra do Rio”. Não se trata inclusive de demarcar uma espécie de divisão

¹² Idem Cit. op 267, p. 54.

¹³ Bauman, Zygmunt. O Mal-estar da Pós-modernidade. Rio de Janeiro, 1997, p 14.

¹⁴ Idem Cit. 26, p. 54.

de dois grupos de população: a que é pura e a que é impura, a que tem lepra ou a que não tem lepra. Trata-se, ao contrário, de realizar uma série de sutis diferenças para aquele território controlado: “Individualização, por conseguinte divisão e subdivisão do poder, que chega a atingir o grão fino da individualidade”¹⁵. Assim, o objetivo é marcar, definitivamente, o regulamento daquele espaço como um campo perpétuo da população a ser examinada. Desta forma, cada indivíduo deve ser avaliado incessantemente, para verificar se age ou não conforme a norma estabelecida definida pelos mecanismos de poder. Isso porque é necessário permanecer com a vigilância, de acordo com a genealogia da anormalidade de Foucault (1975), dos indivíduos anormais que poderiam ser classificados como figuras do “a ser corrigido” por um dispositivo conceituado por ele como um poder de normalização, aplicado a uma série de áreas, da sexualidade ao judiciário-penal, e claro, a coerção e o estabelecimento da ordem.

O modelo da peste é desencadeado a partir do momento em que há na cidade toda uma regularidade suspensa. Isso porque a “peste passa por cima da lei, assim como passa por cima dos corpos”¹⁶, diferente do modelo de gestão da sociedade da lepra que apenas isola e espera que aqueles indivíduos morram, isolando propositalmente o espaço em que eles vivem.

Produção da notícia

As UPPs foram propagadas para opinião pública como uma política de combate ao crime inteiramente nova e que consegue solucionar o problema do tráfico, do perigo e do risco de ser vítima da violência urbana da “Guerra do Rio” (BRITO E OLIVEIRA, 2013). Um combate feito por uma polícia regimentada para ser asséptica e livre de vícios, de males humanos como a corrupção, que remete a ideia de “ordem”, definida por Bauman (1997) como: “um meio regular e estável para os nossos atos; um mundo em que as probabilidades dos acontecimentos não estejam distribuídas ao acaso, mas arrumadas numa hierarquia estrita”¹⁷.

Nos moldes de uma sociedade contemporânea regida pela mídia¹⁸, em que as narrativas jornalísticas passam a alterar condutas sociais, a percepção de realidade projeta o

¹⁵ Idem Cit. p 54

¹⁶ Idem Cit. p 54

¹⁷ Bauman, Zygmunt. O Mal-estar da Pós-modernidade. Rio de Janeiro, 1997, p 14.

¹⁸ A palavra Mídia provém do termo latino “media”, que significa mediação. É apresentada neste artigo como o conjunto dos meios de comunicação de massa, que realizam a mediação de diferentes tipos de mensagens para o público. Inclui-se, portanto, a televisão, o rádio, a internet, cinema, jornais e outros materiais impresso sem grande escala. Já o termo jornalismo distingue-se por se tratar de uma parte específica do conteúdo da mídia, que se propõe a comunicar ao público fatos verídicos e atuais.

medo, produzindo uma representação de vitimização virtual (VAZ, 2007), que influencia o debate público da segurança pública. Na prática, as notícias de crime causam uma sensação de cotidiano na sociedade de perpetuação da violência e da insegurança que horroriza e ao mesmo tempo entretém os brasileiros, gerando assim um problema maior do que a própria sensação de insegurança: a percepção de desorganização de toda a sociedade. Isso porque há impregnação da população por essa brutalidade, que faz emergir uma consciência reativa às condições reais de organização do sujeito no mundo.

A ponderação toma como pressuposto as explicações de (MORAES, 2003) que delimita as corporações de mídia como executoras de um duplo papel estratégico na contemporaneidade. Moraes frisa que a mídia não legitima apenas o ideário global “do ponto de vista da enunciação discursiva”, mas também transforma o discurso social hegemônico propagando visões de mundo e modos de vida que “transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas”¹⁹.

Michael Foucault (1979) observa que o processo de um discurso de poder e soberania existente no enunciado histórico atrelado a narrativa jornalística dos fatos tem uma dimensão, antes de tudo em nossa sociedade, de “apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la”²⁰. Para ele, analisar um fato a partir da “ferramenta” metodológica da genealogia trata-se de pensar a história a partir da perspectiva das guerras e das batalhas; das relações de poder que vão sendo travadas; dos discursos que emergem e os que são silenciados.

Contudo, no trato com as fontes orais consideramos as enunciações de Alessandro Portelli²¹. Segundo o autor, as entrevistas não devem ser tomadas como uma verdade absoluta, visto que através da interpretação dos fatos pelo sujeito (a memória é seletiva) elas exprimem uma versão dos acontecimentos. Para que as fontes orais se mostrem representativas e mais próximas da objetividade histórica é interessante que se perceba o campo de possibilidades dos processos históricos narrados nas distintas entrevistas, buscando-se não só a média dos acontecimentos, mas também as exceções, visando tecer uma representatividade qualitativa. Além disso, os depoimentos não devem ser tomados como as únicas fontes na reconstrução das relações sociais. Faz-se necessário avaliar

19 Moraes, Denis. O capital da mídia na lógica da globalização, 2008, p.187.

20 Foucault, Michel. Microfísica do Poder, 2010, p. 128.

21 PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais” In: *Tempo*, Rio de Janeiro, n.2, dez. 1996:59-72.

diferentes tipos de documentos, cruzando informações contidas nos mesmos, para abarcar o mais objetivamente possível a reflexão sobre os processos históricos.

Produção de sentidos

Em, 2012, dois anos após o início do processo de pacificação do Complexo do Alemão, o coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Mário Sergio Duarte, que comandou as operações para ocupação da favela Vila Cruzeiro e das favelas do Complexo do Alemão, lançou o livro *Liberdade para o Alemão: O Resgate de Canudos*, que propõe relatar os bastidores da aclamada “retomada de território”²². Para isso, o coronel como fonte de pesquisa e fonte oral as narrativas jornalísticas produzidas pela mídia, especialmente a memória discursiva do jornal O Globo.

O discurso jornalístico do jornal emerge no livro como um personagem que além de narrar os fatos, assim como o autor, o coronel Mario Sergio Duarte, participa do acontecimento e exercita um poder regulador de comportamentos e discursos, que influenciam diretamente na tomada de decisão de ações pela cúpula de segurança pública do Rio: “A primeira página do O Globo havia me deixado eufórico e penso que a muitos milhões de brasileiros também. Chegara à hora, tomaríamos a Vila Cruzeiro. Alguém duvidava de que aquele era um território brasileiro?”²³. Ou seja, o conteúdo do jornal produz uma mediação e legitimação da operação que está por acontecer: a ocupação das 15 favelas do Complexo do Alemão no dia 28 de novembro devido a “Guerra do Rio”.

O autor também o discurso jornalístico de O Globo como materialidade para a teorização da existência de um conflito urbano armado de baixa intensidade na cidade do Rio operada por uma ideologia de facção (Comando Vermelho) que estaria acima da força-motriz do tráfico: o lucro do comércio ilegal de drogas. Para ele, é essa ideologia de facção a raiz do problema do estabelecimento de ocupação das favelas pelo crime. Por isso, o autor defende como solução para a violência urbana na cidade a utilização da estratégia de retomada definitiva pelo Estado desses espaços, locais onde o poder público vê sua soberania ameaçada pelas facções criminosas que se estabeleceram nas favelas. E para ele, a nova política de segurança pública de Unidades de Polícia Pacificadora e a ação militar

²² Termo usado em situações de conflito bélico e estratégias de guerra pelas Forças Armadas e largamente usado pelas autoridades à época do conflito. Por exemplo, palavras do Governador do Estado Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, em entrevista ao Jornal Nacional, que foi ao ar em 26 de Novembro de 2010: “*Eu posso garantir à população que nós estamos atentos, que é um ato de desespero, de desarticulação desses criminosos que estão perdendo território e que estão vendo o enfraquecimento não só territorial, mas de seus negócios ilícitos. Nós vamos continuar com a mesma política de retomada de territórios.*”. Reproduzido pelo jornal O Globo de 26 de novembro de 2010.

²³ Duarte, Mario Sérgio, *Liberdade para o Alemão: o resgate de Canudos*, Rio de Janeiro, Ciência Moderna, 2012, p. 119.

com apoio do Exército nesses territórios são a solução para combater a insegurança e terminar com o que nomeia como guerra do tráfico.

O coronel ainda critica o trabalho de diversas ONGs que, de acordo com ele, na prática, desqualificam o trabalho policial contra o tráfico de drogas do Rio, ancorados por um discurso de direitos humanos marxistas que: “escondem intenções dissimuladas (...), divulgam conteúdos políticos em pacotes sutis, recheado com a ideia-força de que o Estado seria uma superestrutura opressora agindo contra a base social representada pela população das favelas”²⁴. Desta forma, as ONGs, na realidade, agiriam contra as bases proletariadas da população.

Na versão de Mario Sergio Duarte do episódio da ocupação da favela Vila Cruzeiro na Penha e do Complexo do Alemão, a cobertura da imprensa do Dia D²⁵ construído pelo jornalismo de O Globo equivale também à guerra impetrada pelo Exército Brasileiro para o resgate de Canudos, conforme descrita no livro *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Principalmente, em decorrência de que, as Forças Pacificação, três dias após a “retomada de território” da Vila Cruzeiro, conseguem em 28 de novembro, “libertar” também os moradores da região da “escravidão” operada por traficantes de drogas, com efeitos de promoção da liberdade para toda a cidade do Rio de Janeiro que agora poderá estar em paz.

O coronel chega a citar um diálogo de bastidores com secretário de segurança José Mariano Beltrame no qual ele teria feito referência histórica sobre a Guerra de Canudos para defende uma ação bélica no território do Complexo do Alemão: “Novembro foi o mês em que Canudos foi definitivamente tomado na forma que todos conhecemos. Peço ao senhor que me deixe tentar fazer a história de Canudos sem tanto sangue”²⁶. E ainda: “Só o que é preciso é conversar com a mídia, e, no meio da entrevista, que será um balanço das operações, entremear o tema, declarando que todos os criminosos que quiserem se entregar terão suas vidas poupadas”²⁷, proposta descrita como uma tática de guerra psicológica para filtrar os traficantes dispostos a escapar da morte em decorrência da guerra.

A marca discursiva histórica da perspectiva de “retomada do território” construído midiaticamente como o “Dia D”, nos remete à memória da II Guerra Mundial, quando os aliados europeus começaram a vencer os nazistas, não só foi o tom da cobertura do

²⁴ Idem Cit., p 13.

²⁵ O Dia D, em 06 de junho de 1944, marcou a retomada da Normandia (norte da França), que estava em poder dos alemães nazistas, pelos aliados europeus. Com a tomada dessa região deu-se início à libertação da França ocupada pelos nazistas, promovendo uma virada na guerra. O Dia D é frequentemente conhecido como "a maior invasão militar da História".

²⁶ Idem Cit., p 10.

²⁷ Idem Cit., p 10.

jornalismo de O Globo, impregnou os discursos políticos e de oficiais da polícia e do exército brasileiro e fomentou o imaginário social da sociedade. O consenso construído a partir do dispositivo da mídia pelas autoridades públicas da pacificação do Complexo do Alemão foi tão forte que não só inflamou a opinião pública que, em nenhum momento questionou a ação policial e o estabelecimento de um território ser ocupado militarmente, como também produziu demonstrações de apoio dramáticas nas páginas da Carta de leitores do jornal O Globo e até na capa e páginas internas das edições especiais²⁸, servindo não apenas como materialidade discursiva para o próprio discurso do jornal, mas como fonte da aprovação popular a ação histórica para o texto do livro de Mário Sérgio Duarte: “As pessoas acenavam, vibravam, socavam o ar sugerindo, talvez uma surra, uma castigo nos bandidos; gestos de aprovação para a tropa de libertação que seguia aguerrida para o campo de luta”²⁹.

David Garland (2008) enfatiza que o processo de percepção do medo e da violência alterou a posição da classe média referente a questões judiciais ou penais. Segundo ele, à medida as pessoas se percebem como vítimas regulares de crimes, elas foram simultaneamente estimuladas a verem a si próprias como vítimas do governo total, das políticas de tributação e gasto, de programas previdenciários irresponsáveis, da inflação de sindicatos de trabalhadores e, nos EUA, de programas de ações afirmativas³⁰.

Os direitos do Estado do Bem-Estar foram considerados como políticas públicas contrariariam os interesses da classe média trabalhadora e decente em favor de promover benefícios somente aos pobres urbanos indesejáveis e cada vez mais desordeiros. “Se as classes médias eram agora as vítimas, seus algozes eram uma subclasse indesejada, financiada por políticas previdenciárias equivocadas e protegida por profissionais do serviço social com interesses próprios e por elites liberais que não viviam no mundo real”³¹.

Essa posição política das classes médias foi alterada porque em virtude da violência, de acordo com Garland, o crime foi redramatizado.

“A imagem aceita, própria da época do bem-estar, do delinqüente como um sujeito necessitado, desfavorecido, agora desapareceu. Em vez disto as imagens modificadas para acompanhar a nova legislação tendem a serem esboços estereotipados de jovens rebeldes, de predadores perigosos e de criminosos incuravelmente reincidentes”³².

²⁸ Nos dias 26 de novembro e 29 de novembro, o jornal O Globo publicou cadernos especiais com a cobertura do processo de pacificação do Complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro, no conjunto de favelas da Penha.

²⁹ Idem Cit., p 89.

³⁰ Garland, David. A Cultura do Controle - Crime e ordem social na sociedade contemporânea, 2008, p 338.

³¹ Idem Cit. 17, p 331.

³² Idem Cit. 17, p 54.

Esse panorama histórico social somado aos consensos construídos discursivamente pela mídia tem projetado um imaginário social de tensão e constante conflito no Rio de Janeiro: de um lado o Estado representado pela nova política de segurança pública, as UPPs. É o lado do bem, o estado paternalista “pacificador” apoiado pela população a partir do discurso midiático. Do outro lado, temos os sujeitos em oposição, os “inimigos da paz” da cidade maravilhosa, o lugar do mal: a favela e seus traficantes de drogas. É a missão maior do Estado que deve como um “pai” proteger todos nós: o Eu, e supostamente, também o eles. É por isso que as UPP, ou seja, a política de segurança pública a partir do modelo da cultura do controle da Lei e da Ordem é única política pública do antigo direito de Bem-Estar social que segue sendo ainda aplaudida e reivindicada pela classe média para os espaços favelados.

“O novo discurso da política criminal insistentemente invoca a revolta do público, cansado de viver com medo, que exige medidas fortes de punição e de proteção. O mote aparente da política é agora mais a revolta coletiva e o justo reclamo por retribuição do que um compromisso com a construção de soluções sociais justas”³³.

Nessa perspectiva, em que o bem deve exterminar o mal, matar os sujeitos “inimigos da paz da cidade” que toma corpo na figura do traficante de drogas, se legitima pelo Estado a partir do uso das prerrogativas de Estado de Exceção e do controle social permanente, característico de um território ocupado militarmente em zonas de guerra. Não se fala na ausência do Estado que falha em atender demandas sociais e em seu lugar de articulador simbólico e político. E por essa perspectiva, o papel da mídia é fundamental no processo de mediação, legitimação e construção de uma projeção imaginária coletiva do Estado que, apesar de não atender demandas sociais outras políticas públicas sociais nos espaços favelados, midiaticamente, são reportadas perante a opinião pública como o Estado que toma posição, que protege e é eficiente na promoção de uma política de segurança, a principal preocupação das classes médias.

Nesse movimento, as UPPs, dispositivos “pacificadores” caracterizados por uma suposta polícia asséptica e incorruptível, tornam-se os representantes da força estatal que adentram as comunidades perigosas da cidade como soldados (verdadeiros heróis), penetrando o território inimigo, prontos para o combate o inimigo público número um, o traficante de drogas, difusor da sensação de insegurança da cidade.

Desta forma, a construção da notícia da capa de 26/09/2010 de O Globo a partir da manchete e da filiação discursiva do “Dia D” representa o processo de produção de sentidos

³³ Idem Cit. 17, p 54

simbólicos que existe no imaginário social coletivo, um lugar que se tornou um espaço simbólico de luta da ideia do combate e extermínio do tráfico como a solução para a violência urbana do Rio de Janeiro, a partir do atravessamento do discurso bélico que justifica o confronto policial e o emprego de violência para promoção da paz na cidade.

Produção da retórica

Essa analogia feita do Complexo do Alemão como Canudos – tipificada como um mal a ser vencido pelo bem – passou a ganhar destaque na imprensa a partir de 2007, quando oficialmente, o jornalista Jorge Antônio Barros, no blog Repórter de crime, hospedado no portal de notícias do jornal O Globo, publica a notícia intitulado “Batalha do Alemão: a guerra contra Canudos do Mal”, ao relatar a invasão policial contra o tráfico de drogas nas favelas do Complexo do Alemão em 2007, publicado em 23 de junho: “*O tráfico de drogas transformou o Alemão numa cidadela forte* (grifo do jornalista), encravada num maciço no subúrbio carioca. O Complexo do Alemão virou a Canudos do mal. Os bandidos resistem às várias expedições da polícia, assim como resistiram ao Exército os revoltosos liderados por Antônio Conselheiro”³⁴.

Na notícia, o jornalista opina e elogia a operação que resultou na morte de 19 pessoas oficialmente em 23 de junho de 2007, a luz do dia, e aconselham as forças de segurança pública a conquistarem outros territórios: “A despeito das mortes, não resta dúvida que a polícia foi bem-sucedida nessa ofensiva. Mas além do poder de fogo precisa começar urgentemente a ganhar corações e mentes. Do contrário, será muito difícil vencer essa guerra”³⁵. Também por meio de uma nota de rodapé na notícia do blog, emite o discurso de que a imprensa, e especificamente o blog de sua autoria, influenciaram na tomada de atitudes das ações impetradas pela Secretária de Segurança Pública no Complexo do Alemão. “A megaoperação aconteceu uma semana depois que fiz dura crítica ao chove não molha da guerra e do risco que representava para a política de segurança do estado. Sem falsa modéstia, não tenham dúvidas de que as "autoridades" acompanham este blog”³⁶.

Seis dias após a veiculação da matéria nomeando o Complexo do Alemão como uma Canudos do Mal, O Globo publica em 29 de junho artigo do coronel Mário Sérgio Duarte – que comandaria a operação de 2010 – em que ele também adota essa analogia de Canudos,

³⁴ Reportagem “A Ofensiva da polícia contra Canudos do Mal”, em 28 de junho de 2007. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/posts/2007/06/28/a-ofensiva-da-policia-contra-canudos-do-mal-63634.asp>. Acesso em 29/09/2013.

³⁵ Idem Cit., p 10

³⁶ Idem Cit., p 10.

do discurso bélico e da premissa da necessidade de libertar o Rio de Janeiro da violência urbana: “Se quisermos modificar, definitivamente, essa realidade, devemos aceitar o desafio sem receios, e libertar, ainda que com o “uso de espadas”, a população das garras do crime, como estamos fazendo com o Complexo do alemão, livrando-o do horror”³⁷.

Em novembro de 2010, em diversos discursos jornalísticos, o episódio de Canudos também serviu de analogia para articulistas, políticos e até estudiosos tecerem artigos opinativos referentes às ações noticiadas no aclamado “Dia D” filiação discursiva construída pela imprensa. Dentre esses artigos, destacamos o publicado pelo jornal Folha de S. Paulo em 28/11/2010, na coluna Tendências e Debates, de autoria do deputado estadual Marcelo Freixo, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Porém, a menção do parlamentar a região de Canudos está em lado oposto, discursivamente do empregado pelo jornalista Jorge Antonio Barros (2007) e o coronel da PMERJ Mário Sérgio Duarte (2007 e 2010):

Tem sido assim no Brasil há tempos. Essa lógica da guerra prevalece no Brasil desde Canudos. E nunca proporcionou segurança de fato. Novas crises virão. E novas mortes. Até quando? Não vai ser um Dia D como esse agora anunciado que vai garantir a paz. Essa analogia à data histórica da 2ª Guerra Mundial não passa de fraude midiática³⁸.

Em 5 de outubro de 1897 foram mortos os últimos defensores do arraial de Canudos na Bahia. O Estado naquela ocasião resolveu também pôr fim na comunidade que aparentemente se insurgia contra a soberania da recém-criada República do Brasil. O massacre contra a vida de miseráveis foi sem dúvidas uma das maiores barbáries patrocinadas pelo Estado brasileiro. O desconhecimento acerca dos soldados de Canudos liderados por Antônio Conselheiro levou o então presidente Prudente de Moraes a autorizar o fuzilamento de uma comunidade estimada em mais de quinze mil pessoas. Sem dados concretos sobre os reais as necessidades de Conselheiro e seus seguidores pobres e sem terra, a facção mais radical do partido Republicano se declarou a favor da eliminação de Canudos como sendo o grande mal para República.

Os fatos somente foram desvelados a partir da narrativa do repórter Euclides da Cunha, do jornal do Estado de São Paulo. Suas reportagens e escritos em diário de campo originou o texto do livro *Os Sertões*. Se não fosse esse texto, teríamos como verdade histórica aquilo que membros da República objetivavam relatar para o resto do país e do mundo. No relato sobre o que chamou de guerra, Euclides da Cunha, chega à conclusão de

³⁷ Artigo Liberdade par ao Alemão, Mário Sérgio Duarte, publicada em Globo de 28/06/2007. Disponível em <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020101129>. Acessado em 28/09/2013.

³⁸ Idem Cit., op 14.

que em vez do governo ter mandado soldados para extirpar ignorantes, deveria ter enviado educadores para ensinar aquele povo, ou seja, transformar analfabetos e excluídos em pessoas letradas, capazes de progredirem e ter dispositivos para sobreviverem dignamente.

Considerações finais

Segundo Foucault, a política da peste está presente quando o poder político se exerce plenamente. É o momento em que o policiamento de uma população se faz até seu ponto extremo, em que nada das comunicações perigosas, das comunidades confusas, ou seja, ou dos contatos a produzir. Esse momento traz um policiamento exaustivo da população por um poder político, cujas ramificações afetam a individualidade dos sujeitos, o seu tempo, seu habitat, localização e corpo.

Se a política da lepra desvelada pelo modelo de reconstituição da genealogia de anormalidade pode remeter ao sonho de pureza citado por Bauman, a política da peste relaciona o discurso de um sonho político de poder sem obstáculos, de um poder que se exerce plenamente. Afinal, a reação à peste, é vista como uma reação positiva; pois a política não propaga a exclusão de ninguém, ao contrário, incita uma reação de inclusão vigiada. Isso porque é um poder que é exercido por uma inclusão densa do controle e da ordem de forma que se fixa tanto no *habitat*, que se banaliza justamente por utilizar um processo de normalização social. E a norma não tem função de exclusão ou rejeição. A norma traz o princípio de correção e controle a partir de uma técnica de intervenção positiva. Pode-se afirmar a partir dos pressupostos teóricos de foucaultiana que esse processo de normalização (a política de controle da peste) é um tipo de daguerreótipo (processo fotográfico feito sem uma imagem negativa) do poder.

Pensando neste modelo de processo normatizador conforme a política da peste, pode-se realizar uma analogia ao modelo de política de segurança atual do Rio de Janeiro: a pacificação de favelas. Principalmente, a partir da reflexão da cobertura jornalística que reproduziu e construiu discursos de verdades por meio do foro privilegiado da fala institucional, tanto de agentes da polícia e do governo. Por exemplo, temos a declaração do secretário de segurança José Mariano Beltrame jornalismo de O Globo de que o Complexo do Alemão é o coração do mal³⁹.

Desta forma, acreditamos que a cobertura do processo de pacificação de O Globo exerceu uma narrativa do poder privilegiado de imprensa de promover e propagandear

³⁹ Notícia publicada em O Globo em 28/11/2010. “Beltrame: ‘se chegamos ao Alemão, vamos chegar à Rocinha e ao Vidigal’”.

como um porta-voz do governo ideia das UPPs, pois o jornal como personagem e produtor de memória social foi o informante e a plataforma de disseminação sobre os acontecimentos do fato social que influenciaram a opinião pública, projetando a nova política de segurança pública a partir dessa mediação e legitimação de verdades que por fim, ocasionam a aderência de discursos de credibilidade simbólica e política as UPPs.

Principalmente, porque em vários momentos, como o caso da manchete de capa da publicação em 29 de novembro de 2010, o discurso do jornal distribui e amplifica dramaticamente o clamor de punição social e morte do sujeito construído socialmente como criminoso: o traficante de drogas. Dessa forma, por meio das páginas do jornal e efeitos discursivos midiáticos de fotos, textos, legendas, chapéus e a diagramação das páginas do jornal, assistiram no processo de pacificação do Complexo do Alemão à reconstituição de um ritual no qual é regulamentada a integridade do poder do Estado. Uma espécie de rivalidade de histórica do imaginário social dos papéis de crime e castigo que provocam na memória coletiva o estabelecimento da norma e da ordem que: para o excesso do crime é necessário existir o excesso de punição que, para ser executado, é necessário que os efeitos de poder sejam exercido por mecanismos de controle e de vigilância próxima e de vista como positiva, base da política de policia de aproximação das UPPs.

É por isso que, quando a Folha de S. Paulo questiona por meio da manchete “Onde estão os mortos” em reportagem publicada em 5 de dezembro de 2010, listando mais de 30 mortes, a sociedade não se choca ou sequer procurar esses mortos. Afinal, com o medo arraigado no coração e mente do cotidiano do imaginário coletivo construído midiaticamente, o primeiro monstro social que pode surgir a partir deste regime do poder jurídico punitivo, será aquele que infringir o pacto social estabelecido simbolicamente. Pacto social da política da peste que considera os sujeitos perigosos como inimigo absoluto do corpo social, o inimigo público número um da sensação de segurança que se quer resgata em favor da morte desse monstro social: a violência urbana do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **O Mal-Estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.
- BRITO, F.; e OLIVEIRA DE, P. R. **Até o último Homem**. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2009, p.31.
- CAMPOS, A. **Do Quilombo à Favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de**

Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

COIMBRA, C. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas. Niterói: Ed. Intertexto, 2001.

CANELA, G. **Jornalismo de Políticas Públicas e Sociais**. São Paulo: Ed. Andi, 2008.

DUARTE, M. S. **Liberdade Para o Alemão**: o resgate de Canudos. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna, 2012.

FOUCAULT, M. **Os Anormais**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.

_____ **Microfísica do Poder**. São Paulo: Ed. Graal, 2010. Edição 28^a.

GARLLAND, D. **A Cultua do Controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Coleção Pensamento Criminológico, n.º.16. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2008.

GITLIN, T. **Mídias sem limite**: como a torrente de imagens e sons domina nossas vidas. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

MALAGUTI, V. **O Medo na Cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2008.

MORAES, D. **O capital da mídia na lógica da globalização**. In. MORAES, Denis. Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003.

SAUVIY, A. **L'Opinion Public, Paris, Presses Universitaires de France (PUF)**, Colection Que Sais-Je?, 1977.

PORTELLI, A. “**A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**” In: Tempo, Rio de Janeiro, n.2, dez. 1996:59-72.

VAZ, Paulo; SÁ-CARVALHO, Carolina; POMBO, Mariana. **Risco e Sofrimento Evitável: a imagem da polícia no noticiário de crimes**. E-Compós, 4: 1-22, 2005.